

Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 1º Quadrimestre de 2011, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O XIX Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 30 de maio de 2011, tratará da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2011.

Como fonte de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 2º bimestre de 2011, Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2011, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano X – Encarte da Secretaria de Fazenda - Edição nº 529 – de 27 de maio de 2011 a 02 de junho de 2011, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

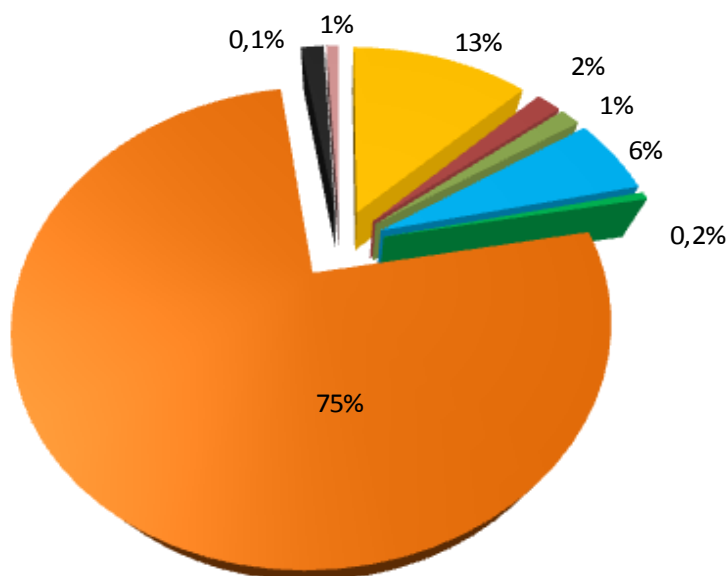
EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 1º Quadrimestre de 2011.

Em R\$ Mil

Especificação	Receita Arrecadada
Receitas Correntes	161.548,6
Receita Tributária	20.814,9
Impostos	19.364,3
Taxas	1.450,6
Receita de Contribuições	2.338,2
Contribuições Sociais	2.314,3
Contribuições Econômicas	23,9
Receita Patrimonial	9.493,0
Receitas de Valores Mobiliários	9.493,0
Receita de Serviços	925,8
Transferências Correntes	125.071,7
Transferências Intergovernamentais	125.071,7
Outras Receitas Correntes	2.905,0
Multas e Juros de Mora	951,0
Indenizações e Restituições	103,5
Receita da Dívida Ativa	1.692,7
Receitas Diversas	157,8
Receitas de Capital	1.412,0
Alienação de Bens	167,0
Alienação de Bens Móveis	167,0
Transferências de Capital	1.245,0
Transferências de Convênio	1.245,0
Receitas Intraorçamentárias	2.680,0
Receita de Contribuições	2.680,0
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	165.640,6

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB



- Receita Tributária
- Outras Receitas Correntes
- Receita de Contribuições
- Receita Patrimonial
- Receita de Serviços
- Transferências Correntes
- Receitas Intraorçamentárias
- Receitas de Capital

EXECUÇÃO DA RECEITA

Comparando a arrecadação do 1º Quadrimestre de 2011 em relação ao 1º Quadrimestre de 2010, verificamos uma queda na arrecadação equivalente a 7,70% conforme demonstrado abaixo.

Em R\$ Mil

Especificação	2010	2011
Receitas Correntes	176.139,2	161.548,6
Receita Tributária	15.894,3	20.814,9
Receita de Contribuições	2.956,6	2.338,2
Receita Patrimonial	6.407,8	9.493,0
Receita de Serviços	833,1	925,8
Transferencias Correntes	148.069,4	125.071,7
Outras Receitas Correntes	1.978,0	2.905,0
Receitas de Capital	5,3	167,0
Alienação de Bens	5,3	167,0
Transferencias de Capital	-	1.245,0
Transferências de Convênio	-	1.245,0
Receitas Intraorçamentárias	1.973,0	2.680,0
Receita de Contribuições	1.973,0	2.680,0
Total	178.117,5	164.395,6

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

2010

178.117,5

2011



164.395,6

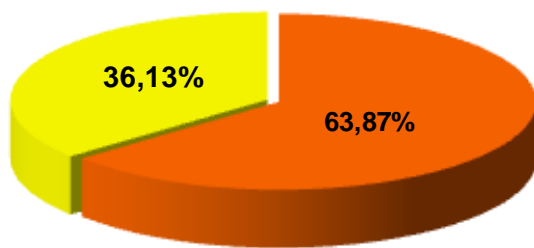
Destacamos o comportamento das receitas tributárias, que teve um crescimento de 30,96%, do 1º Quadrimestre de 2011 em relação ao 1º Quadrimestre de 2010, o que equivale a 4.92 milhões, demonstrando que as ações desenvolvidas de sensibilização quanto a importância do pagamento de seus impostos vem provocando um retorno satisfatório.

EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

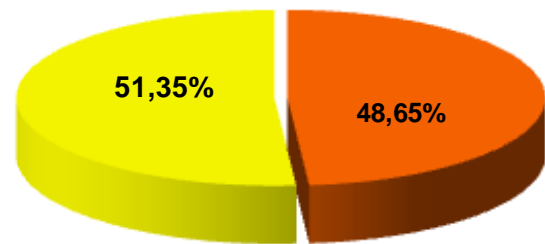
Destacam-se os valores referentes às transferências dos recursos *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL de R\$ 80,59 milhões, que representaram aproximadamente 48,65% da arrecadação municipal no 1º quadrimestre de 2011.

Em R\$ Mil

Royalties e Participação Especial				
	2010		2011	
 Transferências <i>ROYALTIES</i> e P.E	113.766,3	63,87%	80.588,9	48,65%
 Outros Recursos	64.351,2	36,13%	85.051,7	51,35%
Total	178.117,5	100%	165.640,6	100%



2010



2011

DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação à Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	
RECEITAS CORRENTES	503.660,2
Receita Tributária	50.986,9
Receita de Contribuições	8.741,7
Receita Patrimonial	31.511,6
Receita de Serviços	2.776,1
Transferências Correntes	402.146,2
Outras Receitas Correntes	7.497,6
(-) Dedução da Receita Corrente	(17.358,4)
(-) Compensação Financeira entre Reg. Previd.	(9,2)
(-) Contribuição para RPPS	(6.891,2)
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	479.401,3

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Pessoal Ativo	141.878,3
Pessoal Inativo	2.136,5
(-) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	(3.747,1)
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	140.267,7

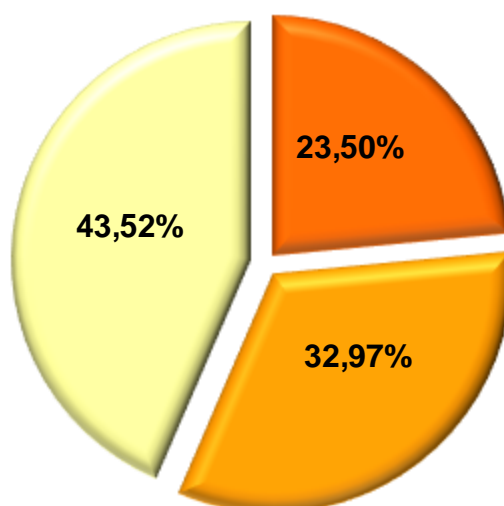
Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	60,00%	287.640,8
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	273.258,7
Total da Despesa com Pessoal	29,26%	140.267,7

DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos o gasto com pessoal, no 1º Quadrimestre, podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

		Em R\$ Mil	
Unidades		Gasto com Pessoal	%
	Folha da Secretaria Municipal de Educação	11.026,7	23,50%
	Folha da Secretaria Municipal de Saúde	15.470,4	32,97%
	Somatório das Folhas das Demais Unidades	20.420,2	43,52%
Total da Folha		46.917,3	100,00%



DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório é de 15%. Em nosso caso, no 1º Quadrimestre aplicamos 22,04% destas receitas. Vale destacar que o gasto do município, acima do valor obrigatório, foi de R\$ 3.976.724,73. Abaixo demonstramos estes dados.

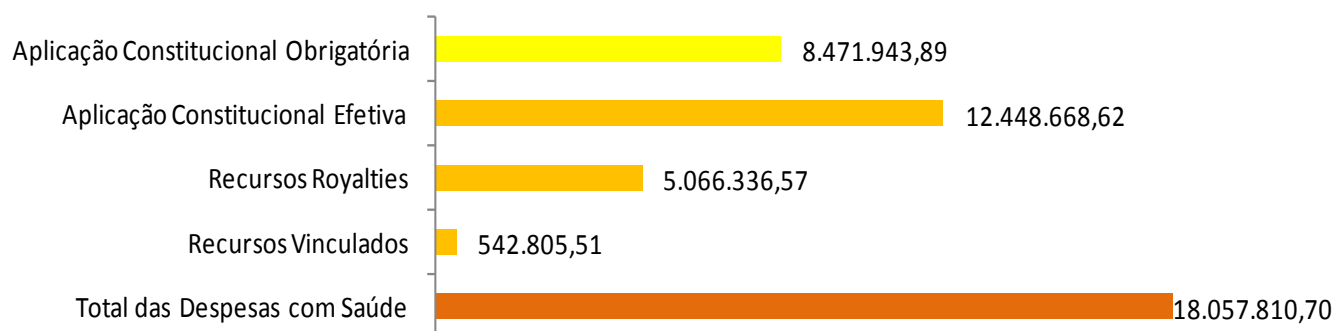
RECEITA	R\$
Impostos - (A)	19.364.291,14
IPTU	6.044.122,28
IRRF	2.280.979,79
ITBI	3.378.039,29
ISS	7.661.149,78
Transferências da União - (B)	8.557.454,77
Cota-Parte FPM - (100%)	8.454.303,19
Cota-Parte ITR	3.365,42
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	99.786,16
Transferências do Estado - (C)	26.127.563,48
Cota-Parte ICMS - (100%)	21.921.521,29
Cota-Parte IPVA	3.564.232,12
Cota-Parte IPI - (100%)	641.810,07
Demais Receitas Correntes - (D)	2.430.316,57
Multas, Juros de Mora Impostos	865.096,27
Divida Ativa dos Impostos	1.565.220,30
Total	56.479.625,96
Limite Constitucional Gastos com Saúde	8.471.943,89

DESPESA	R\$
Função 10 - SAÚDE	
10.122 Administração Geral	1.314.076,52
10.301 Atenção Básica	1.323.941,62
10.302 Assitência Hospitalar e Ambulatorial	8.719.656,16
10.305 Vigilância Epidemiológica	1.090.994,32
TOTAL GERAL DESPESA COM SAÚDE	12.448.668,62

DESPESA COM SAÚDE

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 5.066.336,57 com receitas de *Royalties* e R\$ 542.805,51 com recursos vinculados.

Ações de Serviços Públicos de Saúde		
Aplicação Constitucional Obrigatória	15,00%	8.471.943,89
Aplicação Constitucional Efetiva	22,04%	12.448.668,62
Recursos Royalties	28,06%	5.066.336,57
Recursos Vinculados	3,01%	542.805,51
Total Aplicado	100%	18.057.810,70



DESPESA COM EDUCAÇÃO

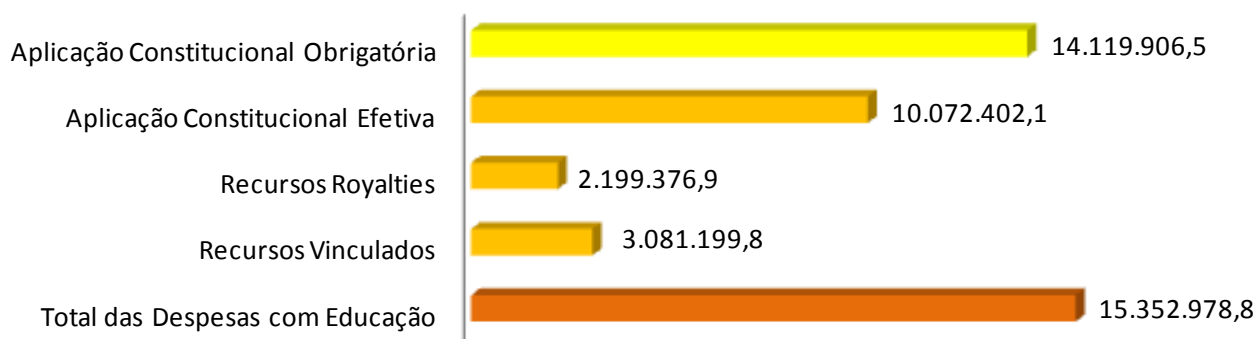
O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25% das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 17,83% no 1º Quadrimestre de 2011, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	19.364.291,14
IPTU	6.044.122,28
IRRF	2.280.979,79
ITBI	3.378.039,29
ISS	7.661.149,78
Transferências da União - (B)	8.557.454,77
Cota-Parte FPM - (100%)	8.454.303,19
Cota-Parte ITR	3.365,42
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	99.786,16
Transferências do Estado - (C)	26.127.563,48
Cota-Parte ICMS - (100%)	21.921.521,29
Cota-Parte IPVA	3.564.232,12
Cota-Parte IPI - (100%)	641.810,07
Demais Receitas Correntes - (D)	2.430.316,57
Multas, Juros de Mora Impostos	865.096,27
Divida Ativa dos Impostos	1.565.220,30
Transferência do FUNDEB - (E)	12.865.804,02
Rendimento de Aplic. Financeira - FUNDEB	100.754,08
BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)	56.479.625,96
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	6.937.003,56

DESPESA	R\$
Função 12 - EDUCAÇÃO	3.383.002,51
12.361 Ensino Fundamental - (G)	2.863.900,00
12.362 Ensino Médio	88.075,08
12.365 Educação Infantil - (L)	271.498,56
12.367 Educação Especial	159.528,87
FUNDEB - (Recurso Vinculado) - (I)	9.972.002,05
12.361 Ensino Fundamental	7.548.398,95
Pessoal de Apoio	747.226,03
Magistério - (M)	5.709.104,57
Manutenção da Unidade	1.092.068,35
12.365 Educação Infantil	2.423.603,10
Pessoal de Apoio	405.204,64
Magistério	1.574.176,48
Manutenção da Unidade	444.221,98
TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO	13.355.004,56
(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)	5.928.800,46
TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)	10.072.402,12
TOTAL APLICADO NA MDE = (G+I-J)	6.907.101,59

DESPESA COM EDUCAÇÃO

Manutenção e Desenvolvimento da Educação		
Aplicação Constitucional Obrigatória	25,00%	14.119.906,49
Aplicação Constitucional Efetiva	17,83%	10.072.402,12
Recursos Royalties	14,33%	2.199.376,85
Recursos Vinculados	20,07%	3.081.199,83
Total das Despesas com Educação	100,00%	15.352.978,80



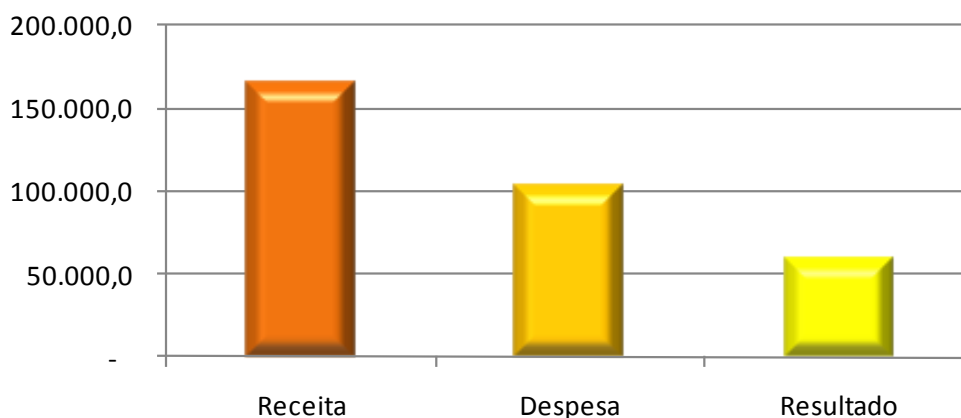
Utilizando os recursos provenientes dos *royalties* e recursos vinculados, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou, respectivamente R\$ 2.199.376,85 e R\$ 3.081.199,83 nos investimentos com Educação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas liquidadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 1º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada.

Em R\$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	165.640,6	Despesas Liquidadas	106.034,8
		Resultado Orçamentário Positivo	59.605,8
TOTAL	165.640,6	TOTAL	165.640,6

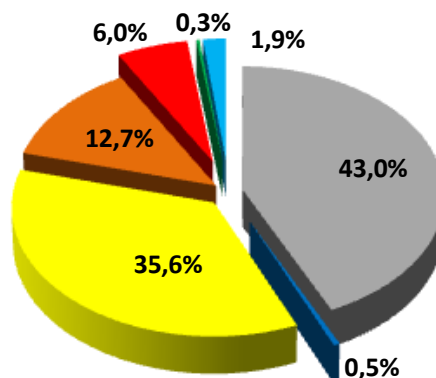


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

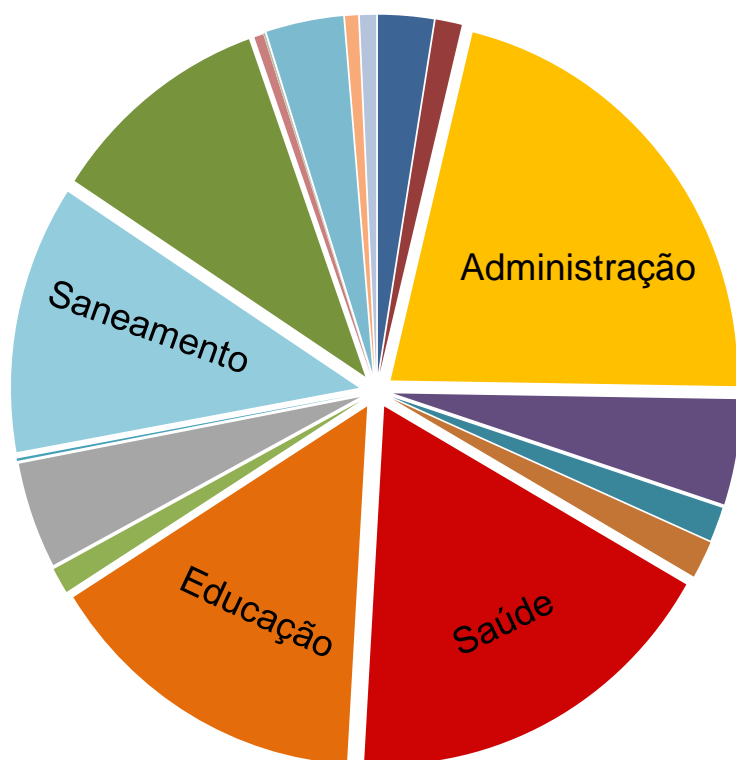
EXECUÇÃO DA DESPESA

As despesas orçamentárias, quando classificadas por categoria econômica, se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo.

	Em R\$ Mil
DESPESAS CORRENTES	83.908,5
Pessoal e Encargos Sociais	45.644,7
Juros e Encargos da Dívida	492,3
Outras Despesas Correntes	37.771,5
DESPESAS DE CAPITAL	20.091,6
Investimentos	13.498,2
Inversões Financeiras	6.318,5
Amortização da Dívida	274,9
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.034,7
Despesas Correntes	2.034,7
TOTAL	106.034,8



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, representada abaixo, fica evidente que o volume de receita do município empregado em saúde e educação, representa aproximadamente 32,8% do total da despesa liquidada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos sociais no município.



Função de Governo	Valor	%
Legislativa	2.733,0	2,6%
Judiciária	1.297,4	1,2%
Administração	22.751,2	21,5%
Segurança Pública	5.034,4	4,7%
Assistência Social	1.647,3	1,6%
Previdência Social	1.804,7	1,7%
Saúde	18.733,1	17,7%
Educação	16.042,0	15,1%
Cultura	1.243,9	1,2%
Urbanismo	5.081,0	4,8%
Habitação	115,4	0,1%
Saneamento	12.800,2	12,1%
Gestão Ambiental	10.982,4	10,4%
Ciência e Tecnologia	453,6	0,4%
Agricultura	50,4	0,0%
Industria	26,1	0,0%
Comércio e Serviços	3.808,4	3,6%
Desporto e Lazer	635,6	0,6%
Encargos Especiais	794,7	0,7%
Total	106.034,8	100,0%

Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 27 de maio de 2011.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA
Secretária Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES
Secretário Municipal de Fazenda